

Alunos da Escola Básica Maria Veleda pintam mural sobre a água



AXIANS Inaugurou Centro de Engenharia e Operações, na Bobadela



Portugal não cumpre recomendações do Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO)

LEGALIZAR AS AUGI – Um esforço e trabalho contínuos em busca de soluções



Índice

Este primeiro trimestre de 2024 será fundamental para o Futuro	2
AXIANS Inaugurou Centro de Engenharia e Operações, na Bobadela	3
AGENDA DA SEMANA - LOURES	4
SEM VELAS NEM VIGÍLIAS – Trabalhar para os municípios, mas sem folclore político.	5
Visita Animada ao Conventinho	6
Forças Armadas à mingua, são o par-enté pobre da democracia	7
Loures Dance Open	8
Laboratórios de Experimentação Artística	9
GRECO, MENAC e CANAIS DE DENÚNCIA	10
Portugal não cumpre recomendações do Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO)	11
Alunos da Escola Básica Maria Veleda pintam mural sobre a água	12
ZERO apoia proposta do Governo visando a criação de sistema de gestão para resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica	13
LEGALIZAR AS AUGI – Um esforço e trabalho contínuos em busca de soluções	14
Barragem do Pisão, uma “grande oportunidade” para o Alto Alentejo	15
Agenda Metropolitana	16 17

EDITORIAL

Este primeiro trimestre de 2024 será fundamental para o Futuro

A nível pessoal e, num olhar ao País, diria que no final do próximo mês de Março todos estaremos numa nova plataforma com ideias concretas de como irá ser o contexto em que nos vamos mover.

A instabilidade resultante da matriz do novo quadro do Parlamento vai trazer no final de Março factos e ideias com novos paradigmas e com novos atores. As variáveis são muitas e não está arredada a hipótese, que inclusive o Presidente da República já admitiu, de uma nova dissolução da Assembleia da República.

Pessoalmente, este novo ano vai ficar marcado para mim, pelo que irá acontecer neste primeiro trimestre relativamente a alguns projetos e algumas demandas. Estou curioso, expectante, e espero em breve definitivamente esclarecido, relativamente a alguns cenários.

Na política Local, por Loures, o PS, através do seu homem forte, o presidente da CM Loures, Ricardo Leão, (PS), tem todas as condições para se afirmar e, ao contrário da instabilidade que prevejo para a formação e exercício de um Governo saído do Parlamento, com as eleições de 10 de Março, próximo, o Governo Local no Município de Loures tem todas as condições para executar com sucesso um conjunto de obras que irão mudar a face da região dando satisfação a um conjunto de problemas que afligem

os Cidadãos no seu dia a dia e com os primeiros sinais neste primeiro trimestre.

A comunicação social, com o caso “Global Media” saltou para as primeiras páginas e para as agendas eleitorais. Felizmente que os comentadores dos vários programas que têm sido gravados nos Media sobre a crise, não se têm ficado pelos grandes títulos e a comunicação social Regional tem vindo a fazer parte da equação de um problema que é transversal e em que algumas ferramentas de apoio poderão ser usadas e entre elas a cada vez mais consensual de que o Estado adquira todo o capital da “Lusa” e esta passe a fornecer o seu serviço gratuitamente.

Veremos se a realidade que me espera a mim e aos vários Milhões de Cidadãos deste Portugal, neste primeiro trimestre, nos consegue surpreender positivamente.

António Guedes Tavares, diretor Editorial



BALCÃO DA INCLUSÃO
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM INFORMAÇÃO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE



AXIANS Inaugurou Centro de Engenharia e Operações, na Bobadela

“Visitei a Axians, marca da VINCI Energies, dedicada às tecnologias de informação e comunicação bem como ao desafio da transformação digital, na inauguração da requalificação do seu Centro de Engenharia e Operações, na Bobadela.

Consideramos que o concelho tem um potencial enorme e, por isso, colocámos o desenvolvimento económico, a atracção de empresas, o nível de emprego e da inovação no centro da nossa acção com o intuito de fixar no nosso concelho empresas de referência como a Axians.

Apesar de actualmente existirem já 22 mil empresas sediadas no concelho, representando cerca de 80 mil postos de trabalho e um volume de negócios de 8 mil milhões de euros, registados em 2022, vamos continuar a

trabalhar e a cooperar com empresas como a Axians que deixam um enorme valor acrescentado no nosso concelho e que contribuem para que a inovação se faça de Loures para o Mundo.

A atracção de investimento, criador de riqueza e emprego, será sempre uma das nossas prioridades”.

- Ricardo Leão, (PS) Presidente da CM Loures



AGENDA DA SEMANA - LOURES

 <p>20 janeiro</p> <p>De Bucelas ao paraíso e voltar</p> <p>+</p>	 <p>20 janeiro</p> <p>Visita animada ao Conventinho</p> <p>+</p>	 <p>20 janeiro</p> <p>A cabra tonta</p> <p>+</p>
 <p>Até 20 janeiro</p> <p>Exposição <i>Word, I mean it</i></p> <p>+</p>	 <p>21 janeiro</p> <p>Música em Si Menor</p> <p>+</p>	 <p>25 janeiro</p> <p>Comunidade de Leitores</p> <p>+</p>

SEM VELAS NEM VIGÍLIAS – Trabalhar para os munícipes, mas sem folclore político.

“Habitados a fazer alarido de contestação em vez de procurar soluções para os problemas que lhe dão origem, questionava a CDU se o município não tem intercedido relativamente à criação das Unidades Locais de Saúde; obviamente que sim!

Nós temos é uma forma diferente de actuar; em vez de arrastarmos as pessoas para protestos e vigílias que de positivo não trazem nada, intervimos junto das instituições que podem, efectivamente, alterar o estado das coisas.

Temos participado de forma muito activa

na implementação deste modelo, dando os contributos necessários para que a população fique melhor servida relativamente aos cuidados primários de saúde.

Em breve veremos resultados da passagem das USF para o modelo “B”, permitindo mais autonomia de gestão e consequente melhoria na qualidade do serviço prestado.

Estamos totalmente disponíveis para melhorar o serviço nos balcões SNS 24 que criámos, um esforço do município e das juntas de freguesia para desanuviar os centros de saúde

de de parte do trabalho e d assuntos que podem ser resolvidos nestes balcões.

Contribuímos activamente para a resolução dos problemas das pessoas, não para a venda de velas, é esse o meu compromisso, é para isso que trabalho diariamente.”

- Ricardo Leão, (PS), Presidente da CM Loures

[Link para o vídeo](#)



Visita Animada ao Conventinho

Vai ter lugar, no Museu Municipal de Loures, no próximo dia 20, às 15 horas, uma visita animada à Quinta do Conventinho, em Santo António dos Cavaleiros.

Em seguida, realiza-se a sessão de lançamento das "Atas do I Encontro de Conventos da Província de Santa Maria da Arrábida – Os Antigos Espaços Conventuais no Presente, que Futuro?".

A participação é gratuita, mas sujeita a inscrição prévia através do endereço de correio eletrónico: se_conventinho@cm-loures.pt ou pelo 211 150 175.



Forças Armadas à mingua, são o parente pobre da democracia

Convém recordar que no âmbito dos países da NATO, Portugal ocupa a última posição em termos de investimentos de equipamentos militares, apesar do perigo da guerra entre a Ucrânia e a Rússia se alargar no território europeu, mas isso não preocupa as elites socialistas da área da Defesa, entretidas que estão a gerir o Orçamento desse Ministério de forma bastante peculiar, o que, felizmente, não tem escapado ao controlo do Ministério Público.

Os partidos políticos com assento parlamentar que têm governado Portugal nos últimos 49 anos, ou seja, o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD), não esquecendo os subservientes ajudantes menores da geringonça, o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP), não têm dado a devida atenção e cuidado às Forças Armadas a quem incumbe, constitucionalmente, a nobre e importante função da defesa militar da República portuguesa.

Nos últimos 49 anos só durante o ano e meio do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), as Forças Armadas tiveram a devida atenção, por más razões, de alguns dos partidos políticos, principalmente dos de esquerda, que as tentaram instrumentar e utilizar para imporem o seu modelo totalitário e marxista de sociedade.

Felizmente, o 25 de Novembro, com a ação corajosa dos militares liderados por Ramalho Eanes e Jaime Neves, pôs cobro à partidarização e instrumentalização das Forças Armadas que paulatina e voluntariamente se submeteram à obediência aos órgãos de soberania competentes, conforme, aliás, estabelecido constitucionalmente.

A sociedade portuguesa tem ainda uma grande dívida de gratidão para com os militares vencedores do 25 de Novembro, faltando a justa e devida celebração anual dessa data na Assembleia da República para os homenagear condignamente.

Espera-se que uma mudança dos ventos políticos em Portugal permita, o mais breve possível, que o 25 de Novembro passe a ser celebrado na Assembleia da República.

Apesar das Forças Armadas estarem atualmente em autêntica penúria de recursos-humanos, de equipamentos, de sistemas organizacionais e de estruturas, existe um sumptuoso Ministério da

Defesa Nacional, onde, a par da incompetência e da inação, tem imperado, nos últimos governos socialistas, uma generalizada e preocupante corrupção, sem que o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, tenham tido uma ação política que demonstrasse perante os portugueses que alguma coisa estariam a fazer para corrigir esse preocupante flagelo.

Sim, a corrupção é um flagelo que assola a democracia portuguesa que, segundo cálculos credíveis, atinge anualmente a astronómica verba de 20 mil milhões de euros, coisa pouca, superior à soma dos orçamentos da Saúde (15.7 mil milhões de euros) e da Defesa (2.8 mil milhões de euros).

Na área da Defesa está atualmente a decorrer o processo "tempestade perfeita", com 73 arguidos que terão lesado o Estado em mais de um milhão de euros, com as obras no antigo Hospital Militar de Belém e em contratos de assessoria que levaram à demissão do Secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, por suspeitas de corrupção.

O processo "tempestade perfeita" é uma amostra da vilanagem corruptiva que perpassa na área da Defesa Nacional, sem que a Ministra respetiva demonstre perante o país ações enérgicas e corretivas da situação, preferindo refugiar-se numa requentada e estafada atitude de não querer interferir no trabalho da justiça.

Aliás, a inação da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, está em linha com a filosofia do Primeiro-Ministro, António Costa, que ao invés de tomar ações concretas contra a corrupção, criou a doutrina "à justiça o que é da justiça, à política o que é da política", e depois estalou nas mãos o processo judicial que levou à sua própria demissão e à necessidade de também demitir o seu chefe de gabinete que escondia no seu local de trabalho cerca de 78 mil euros em notas. Tudo boa gente, da melhor cepa socialista.

Convém recordar que no âmbito dos países da NATO, Portugal ocupa a última posição em termos de investimentos de equipamentos militares, apesar do perigo da guerra entre a Ucrânia e a Rússia se alargar no território europeu, mas isso não preocupa as elites socialistas da área da Defesa, entretidas que estão a gerir o Orçamento desse Ministério de forma bastante peculiar, o que, felizmente, não tem escapado ao controlo do Ministério Público.

As Forças Armadas portuguesas estão à mingua

não só de equipamentos, sistemas e estruturas, mas também de recursos-humanos, sendo que, em 2022, as carências de militares eram preocupantes: no Exército menos 5260; na Marinha menos 1288 e na Força Aérea menos 1183. A grande carência é de "botas no chão" (soldados e cabos), mas há uma tendência, cada vez mais acentuada, para a saída de sargentos e oficiais, principalmente da Marinha e da Força Aérea, que transitam imediatamente para empresas privadas estrangeiras onde aplicam os seus conhecimentos especializados e beneficiam de salários e benefícios sociais muito superiores aos praticados nas Forças Armadas portuguesas.

Há um grave prolema na gestão de recursos-humanos das Forças Armadas portuguesas que não conseguem atrair em número suficiente militares para os seus quadros, sejam praças, sargentos ou oficiais, e também não conseguem reter os mais talentosos e especializados, tudo porque as condições remunerativas não são atraentes e facilmente encontram melhores condições de vida no estrangeiro a trabalhar para empresas privadas que necessitam de pessoal especializado em equipamentos militares, sejam da Marinha ou da Força Aérea.

Espera-se que das eleições do próximo dia 10 de março, haja uma real mudança de ciclo político e que o Ministério da Defesa seja rapidamente expurgado de todos os atuais esquemas corruptivos que por lá pululam, para que a grande preocupação seja criar as condições para uma melhoria efetiva das condições salariais das Forças Armadas e do investimento, nomeadamente, em equipamentos modernos e adequados.

Fernando Pedrosa
Líder da bancada do CHEGA na AMO



Loures Dance Open

Dias 2 e 3 de março, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures

A competição Loures Dance Open, de dimensão internacional, nos estilos Standard e Latina, realiza-se nos dias 2 e 3 de março, no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures.

Federação Portuguesa de Dança Desportiva e World Dance Sport Federation, e organizado pela Associação de Dança de Moscavide em parceria com a Câmara Municipal de Loures, contará com a participação de alguns dos melhores pares a nível mundial, em diversos escalões.

Este campeonato, regulamentado pela



LOURES DANCE OPEN

2-3 MARÇO 2024

PAVILHÃO PAZ E AMIZADE

Sábado 2 de março

Open WDSF Standard Seniores II, III, IV and V
Open WDSF Latin Seniores II and III
Campeonato Nacional 10 Danças
Campeonato Nacional Sub-21 10 Danças

Domingo 3 de março

Campeonato Nacional Grupos e Solos Latinas e Standard

Informações:

934 921 732
asd.danca.mosc@gmail.com

PARCEIRO OFICIAL



Laboratórios de Experimentação Artística

No dia 27 de janeiro traga a sua família até Santa Iria de Azóia e venha pintar o muro exterior da Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, sob orientação do writer Johnny Double C.

O workshop de graffiti "Livres e Iguais!", realizado no âmbito do Dia Internacional dos Direitos Humanos, e inserido na programação dos "Laboratórios de Experimentação Artística" e da iniciativa "Loures Inclusivo", tem como objetivo a promoção do sentimento de pertença e o contacto com a arte urbana.

Direcionado para as famílias, o workshop terá lugar entre as 15 e as 17 horas, e contemplará a pintura do muro exterior da Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, sob orientação do writer Johnny Double C.



LABORATÓRIO DE EXPERIMENTAÇÃO ARTÍSTICA

WORKSHOP DE GRAFFITI
Livres e Iguais! com Johnny Double C
PARA TODA A FAMÍLIA

27 JAN 15:00 » 17:00

Galeria Municipal do Castelo de Pirescouxe, Santa Iria de Azóia

Inscrições prévias para: dac@cm-loures.pt / 211 150 663

A CULTURA NO CENTRO

cm-loures.pt



[#lugaresdecultura](https://www.instagram.com/lugaresdecultura)

GRECO, MENAC e CANAIS DE DENÚNCIA

O grupo de estados contra a corrupção do Conselho da Europa, também conhecido como grupo Greco, assegura que Portugal não tem cumprido com as recomendações feitas, e de 15 recomendações só três foram consideradas satisfatórias, isto a fazer fé no relatório da quarta avaliação, em 2015, sendo que cada ronda abarca temáticas específicas, por exemplo a quinta refere-se ao governo e forças e serviços de segurança.

O relatório desta quinta ronda reconhece o avanço de Portugal ao ter desenvolvido um extenso quadro jurídico e institucional anticorrupção, a eficácia do quadro depende fortemente da plena operacionalidade do Mecanismo Nacional Anticorrupção e da Entidade para a Transparência.

O que falha, segundo a GRECO, é a fiscalização das medidas implementadas legislativamente.

Depois de alargado debate promovido pelo XXIII governo constitucional, em torno da transparência, do qual a Estratégia Nacional Anticorrupção (2020-2024) é o corolário natural, tal desiderato materializou-se legislativamente pelo Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de Dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), e complementarmente com a Lei nº 93/2021, de 20 de Setembro, esta estabelecendo o regime geral de protecção de denunciante, escorada na obrigatoriedade da existência, nas pessoas colectivas que empreguem mais de 50 trabalhadores, de CANAIS DE DENÚNCIA, interno e externos.

A verdade é que o sistema nacional de combate à corrupção, abreviadamente RGPC (Regime Geral de Prevenção da Corrupção), incorpora, num dos seus pilares os canais de denúncia, o qual mereceu diploma próprio (Lei nº 93/2021, de 20 de Setembro), adentro o sistema nacional do RGPC, instituído pelo DL nº 109-E/2021, de 9 de Dezembro, sendo os restantes pilares o Plano de Prevenção de Riscos (PPR), um Código de Ética específico (que se soma aos outros dois códigos a que já estão obrigados as entidades públicas, no domínio do assédio profissional, e ofertas e liberalidades), um Sistema de controlo interno, e por fim Formação específica em razão de matéria.

A primeira obrigação deste sistema é a definição de dosi responsáveis: O Responsável pelo Sistema de RGPC na entidade (numa freguesia por exemplo, que forçosamente terá de ser alguém do executivo, sem pos-

sibilidade de recurso a prestador externo, excepto apenas para aconselhamento, nunca para exercício efectivo, e um Responsável pelo PPR (o primeiro pilar do sistema), e aqui já se poderá recorrer a prestadores externos.

Posteriormente o Ministério da Justiça através da Portaria nº 164/2022, de 23 de junho, vem regular a instalação do MENAC, e mais tarde, por Resolução da Presidência do Conselho de Ministros, nº 56/2022, de 5 de Julho, é nomeado o Presidente do MENAC, um Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, António Pires Henriques da Graça, cuja propositura coube ao Presidente do Tribunal de Contas e à Procuradora Geral da República, estando assim reunidas todas as condições de acompanhamento, monitorização e fiscalização dos diplomas supra referidos.

Não se percebe muito bem porque razão, nestas coisas, se vai buscar alguém já reformado, como se no activo ninguém reunisse as condições para o exercício desta nova função, mas o essencial ficou assegurado, no que toca à independência do nomeado relativamente ao governo, visto terem sido os seus "pares" a efectuar a sua propositura, cabendo ao governo então a sua nomeação, como aconteceu.

Em matéria de prazos, para produção de efeitos, o Artº 29º, Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de Dezembro, estabelece 180 dias a partir da publicação do diploma. Este prazo terminou no dia 9 de Outubro de 2022, ou seja desde o dia 10 de Outubro de 2022, que todas as obrigações decorrentes do diploma estão em vigor.

No caso das AUTARQUIAS, o MENAC considera que os órgãos executivos também contam para efeitos de apuramento do número de pessoas que servem a autarquia, em termos de aferir a obrigação de ter um Canal de Denúncia, e nada obsta a que as demais autarquias também optem por ter.

Por maioria de razão, nas restantes instituições, públicas ou privadas, há que incluir então, na contabilização de número de efectivos, ou colaboradores, os respectivos membros dos órgãos executivos, e obviamente no quadro de pessoal, incluem-se não só os colaboradores do quadro, como os fora dele, por exemplo os prestadores de serviços a título individual e recibos verdes.

Mas não só as autarquias estão debaixo de olho, também as IPSS, e Centro Comunitários ou Paroquiais, o estão, porque só a título de exemplo os Centros Paroquiais do Concelho de Odivelas, empregam, de per si, muitas centenas de colaboradores, fora os voluntários a qualquer título o que faz destas instituições, entidades onde OBRIGATORIAMENTE tem de existir um Canal de Denúncia de acordo, e nos precisos termos, do diploma acima referido. Ou seja,

este canal é um canal dedicado e exclusivo, e não pode ser agregado a outros, de matérias que lhe são desconhecidas.

Por exemplo, em matéria de protecção de dados (RGPD) o canal adequado e exclusivo é o contato do DPO/EPD; já para as questões do assédio profissional, o canal adequado terá de ser outro contato, diferente, para recepção de queixas e interações, constante no respectivo código de ética, o mesmo sucedendo para as liberalidades e ofertas.

Navegando pelos sitios institucionais, cá da terra, Odivelas, e fruto do conhecimento profissional que temos, sabe-se que apenas duas freguesias estão em processo de instalação de canais de denúncia (Odivelas e União de Freguesias da Pontina e Famões), o que é de louvar, mas ainda assim 50%, as restantes, nada se sabe, ou fez, no sentido de cumprir com as obrigações que resultam da lei.

Cenário mais negro, ainda, é o que acontece com as IPSS, pois não se vislumbra, nem se sabe, pelo menos de forma pública, que estejam a desenvolver qualquer tipo de implementação de canais de denúncia.

O incumprimento da lei é sempre negativo, mas neste caso o incumprimento acentua-se, pois objectivamente impede que os cidadãos possam utilizar os meios que a lei criou para a defesa dos seus direitos, e sobretudo para a prevenção da corrupção, e isso mal se compreende quando são precisamente instituições que mais lidam com esses cidadãos a optarem pelo incumprimento.

Razões para isto? O GRECO já as identificou, é a completa ausência de fiscalização, pois quando sabemos que as coimas mínimas se cifram nos 10.000 euros, o suficiente para dissuadir veleidades, não deveria acontecer tanto incumprimento.

Henry Ford dizia que se a tecnologia não fosse colocada ao serviço das pessoas, então não servia para nada, diríamos, analogamente, que se o MENAC não exercer a sua acção fiscalizador então não serve para nada.

Oliveira Dias, Político



Portugal não cumpre recomendações do Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO)

A *Transparência Internacional Portugal (TI Portugal)*, emitiu um comunicado sobre os mais recentes resultados dos relatórios do Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO).

Le aqui na íntegra o Comunicado:

A TI Portugal vê com enorme preocupação os resultados dos mais recentes relatórios produzidos pelo Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa (GRECO), apresentados nos dias 10 e 15 de janeiro de 2024, relativos respetivamente à 5ª e 4ª rondas de avaliação dos Estados na prevenção e luta contra a corrupção.

No relatório de compliance da 4ª ronda de avaliação do GRECO, publicado a 15 de janeiro, centrado nos deputados, juizes e procuradores do Ministério Público, concluiu-se que o nível de cumprimento por Portugal das recomendações que haviam sido feitas em 2015, no que se refere à prevenção e luta contra a corrupção, se mantém "globalmente insatisfatório". Neste relatório, o GRECO refere que Portugal cumpriu de forma satisfatória apenas três das 15 recomendações nestes domínios, as mesmas do relatório de conformidade anterior, de setembro de 2022, não tendo havido qualquer evolução positiva neste sentido. As restantes 12 recomendações foram apenas "parcialmente implementadas".

Relativamente aos deputados é referida a ausência de regras ou mecanismos que afirmem as interações entre os deputados e terceiros, que estabeleçam sanções adequadas para as ações impróprias, que permitam realizar uma avaliação do impacto da eficácia do sistema de prevenção dos conflitos de interesses. No que diz respeito aos juizes, é referida a título de exemplo a inoperacionalidade da base de dados ECLI que permita o acesso em linha aos acórdãos finais dos tribunais de primeira instância. Relativamente ao Ministério Público, concluiu-se pela ausência de formação complementar e de critérios explícitos para as avaliações e apreciações baseadas no Código de Conduta. Neste relatório é ainda mencionado o facto da Entidade para a Transparência – responsável pela avaliação das declarações de rendimentos e interesses dos deputados – não estar totalmente operacional.

O GRECO recomenda ainda que Portugal "deve acelerar substancialmente a sua resposta às recomendações pendentes do GRECO" e solicita às autoridades portuguesas que apresentem até ao final do ano relatórios sobre os progressos realizados na concretização das recomendações pendentes.

No relatório da atual 5ª ronda de avaliação, que incide sobre o governo (incluindo membros) e forças e serviços de segurança, apresentado a 10 de janeiro, o GRECO apela a Portugal para que melhore a eficácia do seu sistema de promoção da integridade e robusteza a prevenção da corrupção. Embora reconhecendo os avanços no quadro jurídico e institucional anticorrupção, esta entidade alerta para deficiências em termos de eficácia, o que depende da plena operacionalização do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e da Entidade para a Transparência.

A TI Portugal insta o Governo a cumprir com todas as 28 recomendações feitas pelo GRECO neste relatório de avaliação da 5ª ronda, especialmente no que se prende com a necessidade:

da Estratégia Nacional Anticorrupção ser "acompanhada de um plano de ação específico para a sua implementação na prática";

do Mecanismo Nacional Anticorrupção se tornar "plenamente operacional, na prática, dotando-o de medidas adequadas e de recursos apropriados (financeiros, de pessoal, administrativos, jurídicos, etc.)"

de ser estabelecido e publicado online um "plano para a prevenção de riscos de corrupção específico para pessoas com funções executivas de alto nível, incluindo a identificação de riscos relacionados à integridade e medidas corretivas apropriadas" e que este mesmo plano "seja sujeito ao acompanhamento regular por parte do Mecanismo Nacional Anticorrupção, tornando públicas as suas conclusões e recomendações, bem como as respostas das autoridades".

do funcionamento da Entidade para a Transparência ser plenamente assegurado "através da adoção das medidas regulamentares, institucionais e operacionais adequadas e da atribuição dos recursos necessários a este órgão".

de serem introduzidas "regras detalhadas sobre a forma como as pessoas encarregadas de funções executivas de topo se envolvem em contactos com

lobistas e outros terceiros que procuram influenciar o trabalho legislativo governamental", "informações suficientes sobre a finalidade desses contactos, a identidade da(s) pessoa(s) com quem (ou em nome de quem) a(s) reunião(ões) ocorreu(m) e o(s) assunto(s) específico(s) da discussão".

Para Margarida Mano, Presidente da TI Portugal, "a falta do cumprimento total, por parte do nosso país, das recomendações do GRECO já não é uma surpresa, pois nos últimos anos temos sempre tido um nível de cumprimento "globalmente insatisfatório". No entanto, esta é uma situação muito preocupante, sendo que, e apesar das reformas dos últimos anos, como o Pacote de Transparência de 2019 e a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, as alterações não lidam com os problemas de fundo, como a prevenção e gestão de conflitos de interesse. Não basta criar leis e mecanismos anticorrupção, é necessário aplicá-los na prática."

"Os Relatórios do GRECO revelam que, mesmo quando são tomadas medidas, não existe a preocupação de as tornar efetivas, de medir o seu impacto, de lhes dar um sentido de urgência na sua aplicabilidade, de criar condições para que possam contribuir já hoje para o fim que visam: prevenir e lutar contra a corrupção."

- Fonte: *Transparência Internacional*



Alunos da Escola Básica Maria Veleda pintam mural sobre a água

No âmbito do projeto A Água na Parede, os alunos do 8.º e 9.º anos da Escola Básica Maria Veleda, em Santo António dos Cavaleiros, foram desafiados a pintar um mural sobre o tema Água, numa ação que decorreu entre os meses de setembro e novembro de 2023.

Sob orientação do professor de História, Nelson Ribeiro, os alunos pesquisaram, idealizaram, desenharam e pintaram numa das paredes da escola a sua versão do Chafariz dos Arcos, situado no centro histórico de Santo Antão do Tojal, como forma de evidenciar uma construção

que se associa ao aproveitamento e à utilização daquele que é o recurso mais importante para a vida humana: a água.

Construído no século XVIII, pelo arquiteto de D. João V, o italiano António Canevari, este chafariz faz parte do conjunto monumental barroco existente nessa localidade, que serviu para abastecer de água a população, dando-lhe algum bem-estar.

Recorde-se que esta atividade foi financiada pelo People and Planet: A Common Destiny, um

projeto pan-europeu de mobilização de jovens cidadãos e autoridades locais no combate às Alterações Climáticas. É financiado pela União Europeia através do Programa DEAR, com co-financiamento do Camões, I.P., envolvendo 17 organizações (autoridades locais e OSC) de oito Estados-membros da União Europeia e de Cabo Verde, sob a coordenação da Câmara Municipal de Loures. Em Portugal, o projeto é implementado pelo consórcio composto pela Autarquia de Loures, pelo IMVF, pela RICD e pela FUEL.



ZERO apoia proposta do Governo visando a criação de sistema de gestão para resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica

A proposta de atualização da legislação sobre fluxos específicos de resíduos (Unilex), aprovada em Conselho de Ministros a 7 de dezembro de 2023 e que aguarda promulgação pelo Presidente da República para publicação em Diário da República, prevê a criação de um sistema de responsabilidade alargada do produtor (RAP) para financiar a recolha e tratamento dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica (resíduos de autocuidados), num sistema em que, à semelhança do que se passa com as embalagens, quem coloca o produto no mercado fica responsável pelo financiamento da sua recolha e tratamento quando chega à fase de resíduo.

De acordo com a proposta, serão incluídos neste fluxo específico as agulhas, lancetas, seringas, canetas com agulhas integradas, tiras de teste, dispositivos de punção, compressas com sangue, tensores de medição de glicémia, cateteres, equipamentos de autodiagnóstico, monitorização ou de administração de medicamento ou até resíduos menos frequentes como os da diálise domiciliária.

Pretende-se, assim, criar uma rede de recolha seletiva com forte capilaridade, que assegure o acesso fácil dos cidadãos e com isso promova taxas de recolha significativas, importando ainda garantir sistemas de contentorização adequados às diversas tipologias de resíduos que esta categoria integra, bem como um tratamento equivalente ao exigido para os resíduos hospitalares com as mesmas características.

A implementação de um sistema de gestão de resíduos de autocuidados de saúde muito específico vai implicar que o seu financiamento seja feito através da criação de um sistema de RAP, o qual pode beneficiar das sinergias do regime já implementado para os resíduos de embalagem de medicamentos.

É proposto que até 31 de dezembro de 2030 se atinja uma taxa de recolha numa proporção de, pelo menos, 75% dos resíduos de autocuidados de saúde no domicílio, face aos produtos que se colocam anualmente, no mercado.

Importância da legislação

Rui Berkemeier, membro do Conselho Geral da ZERO, considera que “se esta proposta de legislação se tornar uma realidade, Portugal passa a ter uma solução para esta fração de resíduos perigosos hospitalares que até ao momento apenas tinha como destino legal os sistemas de resíduos urbanos indiferenciados, causando um risco significativo para a saúde dos trabalhadores responsáveis pela recolha e tratamento destes resíduos”.

No caso dos corto-perfurantes utilizados em autocuidados para administração de insulina para diabéticos, de fármacos para tratamento da infertilidade ou de heparinas (anticoagulante para o pós-operatório), verifica-se que não existe um sistema nacional de recolha e tratamento destes resíduos, apesar de anualmente, de acordo com a Associação de Farmácias de Portugal, serem vendidas em Portugal mais de

250 milhões de seringas e agulhas nas farmácias comunitárias destinadas a utentes que necessitam de medicamentos injetáveis.

Do ponto de vista legal, as agulhas e seringas utilizadas por estes doentes nos seus domicílios não são consideradas resíduos hospitalares, pelo que a sua gestão é da responsabilidade dos seus utilizadores.

Estes resíduos têm características de perigosidade equivalentes às dos resíduos corto-perfurantes com origem hospitalar, os quais são considerados perigosos, contudo, não podendo ser entregues nas farmácias, hospitais ou centros de saúde, estes resíduos acabam no lixo doméstico, pondo em causa a Saúde Pública e o Ambiente.

De referir que estes resíduos também têm surgido ilegalmente no sistema de recolha de embalagens de medicamentos, o que constitui um igual risco para os trabalhadores que lidam com esse fluxo de resíduos.

Esta proposta do governo surge na sequência de vários alertas feitos pela ZERO e pela Valormed e também pelo facto de um projeto pioneiro, levado a cabo pela Associação das Farmácias de Portugal, ter demonstrado que é relativamente fácil promover a recolha em farmácias dos resíduos corto-perfurantes com origem em autocuidados.

Fonte: ZERO.ONG



LEGALIZAR AS AUGI – Um esforço e trabalho contínuos em busca de soluções

Neste início de ano, continuamos com a mesma convicção e vontade de tudo fazer para resolver a legalização dos bairros.

Esta quarta feira, foi aprovada uma alteração ao alvará do Bairro das Maroitas e Cachoeiras, em São João da Talha, que concretiza um compromisso já assumido anteriormente e representa um passo significativo para futuras atribuições de alvará no mesmo território.

Temos uma equipa excelente e as novas orientações e reorganização dos serviços continuam a dar frutos, numa área que elegemos como prioritária.

Queremos honrar o compromisso assumido, permitindo aos moradores das AUGI dispor verdadeiramente daquilo que é seu, ganho com esforço e sacrifício, atribuindo o máximo de alvarás que nos for possível, libertando-os, finalmente, dessa amarra da ilegalidade.

Continuo grato a todas as comissões conjuntas dos bairros de génese ilegal, pelo trabalho desenvolvido durante décadas em prol da legalização dos mesmos e, sem as quais, seria muito mais difícil chegar aqui.

- Ricardo Leão, (PS), Presidente da CM Loures



Vereador Nuno Dias, (PS), intervenção na reunião da Câmara Municipal

[Link para o vídeo](#)

Barragem do Pisão, uma “grande oportunidade” para o Alto Alentejo

Uma “grande oportunidade” para o Alto Alentejo, com a mesma importância para a região que o projeto de Alqueva teve para os distritos de Évora e Beja. A construção da Barragem do Pisão deu este sábado (13 de janeiro) um novo passo, com a cerimónia de assinatura do novo contrato de financiamento do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (EAHFM) do Crato.

Na cerimónia, o primeiro-ministro, António Costa, sublinhou que este é um projeto de décadas que avança agora. “Eu não escondo que dos cerca de 160 mil projetos que estão previstos no Plano de Recuperação e Resiliência [PRR] nenhum deu mais dores de cabeça, nenhum exigiu maiores discussões, nenhum exigiu maiores esforços de compromisso, nenhum exigiu maior ginástica do que a Barragem do Pisão”, referiu o líder do Executivo, lembrando que o primeiro estudo sobre a barragem data já de 1957. “Há quem perante os desafios desista, há quem perante os problemas diga que ‘o melhor é pôr-me ao lado’ e depois há quem gosta de resolver problemas e de enfrentar desafios”, acrescentou

António Costa, sublinhando que esta nova infraestrutura é uma “grande oportunidade” para a região, à semelhança do que aconteceu com o Alqueva no Baixo Alentejo.

“Também levaram décadas a discutir se se fazia Alqueva, não se fazia Alqueva, Alqueva vai ter um impacto terrível no ambiente, vão ter dificuldades porque para realizar o Alqueva vai ser necessário deslocar populações, realojar populações. Foram décadas de desperdício de oportunidades e de riqueza que teriam feito do Alentejo, no seu conjunto, uma região muito mais desenvolvida se mais cedo tivesse sido feito a Barragem do Alqueva”, recordou o primeiro-ministro.

Com a atualização da reprogramação do PRR, o projeto de construção da EAHFM do Crato, também conhecido como barragem do Pisão, conta com um reforço superior a 20 milhões de euros. A nova infraestrutura passa, assim, a ter uma dotação de 141,2 milhões de euros, inscrita no PRR, bem como um reforço de 10 milhões com

origem do Orçamento do Estado, num investimento total superior a 200 milhões de euros.

Além da barragem, o projeto - gerido pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CI-MAA) - inclui a construção de uma central fotovoltaica flutuante, de 150 megawatts, assim como uma central mini-hídrica e canais da estrutura de regadio para a agricultura e sistema de abastecimento público de água.

Reivindicação histórica da região, a barragem vai garantir o abastecimento de água às populações dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, num total de cerca de 55 mil pessoas, e permitirá regar cerca de 5500 hectares.

As obras de construção ficarão concluídas até ao final de 2026.

Fonte: Portal do XXIII Governo Constitucional

Agenda Metropolitana

21 janeiro 2024 ALCOCHETE Passeio Pedestre “Ermida da Barroca D’Alva”

Data
21 janeiro 2024
Município
Alcochete
Preço
3 euros.

Inscrições limitadas até 18 de janeiro | 212 348 649 | desporto@cm-alcochete.pt

Local
Praça de Toiros de Alcochete (concentração) | 9h00

URL
www.cm-alcochete.pt/visitar/o-que-fazer/agenda-de-eventos/evento/alcochet-aventura-pas-

seio-pedestre-ermida-da-barroca-d-alva-89
Outras informações
Duração: 3 horas (09h00-12h00). Para maiores de seis anos.



Janeiro convida a mais um passeio aventura, desta vez pelo interior da Herdade da Barroca D’Alva.

Um passeio para desfrutar da beleza natural da Barroca, num percurso pedestre guiado, com uma extensão de dez quilómetros, e com passagem pela Ermida de Santo António da Ussa.



21 janeiro 2024 MAFRA Concerto de Carrilhão

Com o carrilhanista Abel Chaves.

O programa dos concertos é sempre distinto e inclui sucessos nacionais e internacionais.

Data
21 janeiro 2024
Município
Maфра
Preço
Gratuito.

Informações: 261 818 347

Local
Palácio Nacional de Maфра – Claustro Sul | 16h00

URL
www.cm-maфра.pt/pages/1148?event_id=3063
Outras informações

Todos os domingos. duração: 60 minutos.

22 janeiro 2024 LISBOA Mozart Concertante

obra revela-nos o seu primeiro período de maturidade. Depois, a Sinfonia N.º 39, pela maneira impressionante como combina e articula as diferentes famílias de instrumentos.

Ana Bela Chaves viola
Ana Pereira violino e direção musical
Programa:
W. A. Mozart Sinfonia Concertante, KV 364
W. A. Mozart Sinfonia N.º 39

Data
22 janeiro 2024
Município
Lisboa
Preço
10€ -20€.

A concertino da Orquestra Metropolitana de Lisboa assume ainda a direção musical deste programa em que as orquestrações ressaltam o génio do músico austríaco. Primeiro, aquela

Bilhetes: [aqui](#).
Local
Teatro Tivoli BBVA.
21h00. URL
www.metropolitana.pt/programacao/mozart-concertante/



Agenda Metropolitana

23 janeiro 2024 LISBOA Best Youth

Em janeiro de 2024, Catarina Salinas e Ed Rocha Gonçalves regressam ao Teatro Maria Matos para apresentarem o mais recente disco, Everywhen. O concerto explora como nunca antes o seu imaginário, desta feita a partir do conceito ‘tempo’.

A partir das onze canções que constituem Everywhen, os Best Youth conceberam um espetáculo que pretende integrar o público numa experiên-

cia musical e visual em que apela à suspensão do tempo, numa antítese ao que se estará a viver fora das paredes do Maria Matos. Aliás, a canção que dá título ao novo registo é o gatilho desse propósito – um tema em que o reverse mode se confunde com a marcha dos ponteiros do relógio, em que o passado se mistura com o que há-de vir, fazendo desse novo presente dinâmico algo de libertador e desafiador.

As músicas que farão parte do alinhamento conjugarão isso mesmo: um cruzamento sonoro em que as mais recentes Back With A Bang, Cool Kids ou Out Of Time, se entrelaçam com as que habitam o nosso imaginário e que são a marca inconfundível dos Best Youth, como Midnight

Rain, Mirrorball ou Hangout.
Data 23 janeiro 2024
Município Lisboa
Preço 16,50 euros
Local Teatro Maria Matos | 21h00
URL
www.agendalx.pt/events/event/best-youth-4/



23 janeiro 2024 OEIRAS Cartoon – Uma Arma de Pontaria

Sessão do ‘Praça das Liberdades’, desta vez com o tema ‘Cartoon – Uma Arma de Pontaria’.

Desde finais do séc. XIX que, com a figura de Bordalo Pinheiro, a cultura portuguesa se habituou à acutilância do cartoon. O desenho humorístico e satírico foi uma das formas de contestação e de crítica durante o Estado Novo. Após a Revolução os Cravos, vários foram os nomes que deram corpo a essa arte jocosa que passou a marcar as páginas dos nossos jornais.

É impossível compreender a história política de Portugal nos últimos 50 anos sem um olhar para

a caricatura política, sem a imaginação do desenho que coloca a nu as críticas mais profundas aos atores políticos e à sociedade em geral.

Com esta sessão do Praça das Liberdades, pretende-se homenagear essa longa tradição que se transformou num dos pilares da própria imprensa, bem como refletir sobre o seu sentido e pertinência na contemporaneidade.

Com moderação de Nicolau Santos, e os convidados André Carrilho, Cristina Sampaio e Nuno Saraiva.

Data
23 janeiro 2024
Município
Oeiras
Preço
Gratuito, limitado à lotação da sala

Informações: livraria.verney@oeiras.pt | tel: 21 440 83 29

Local
Livraria Municipal Verney (Oeiras) | 21h30

URL
www.oeiras.pt/-/praca-das-liberdades-cartoon-uma-arma-de-pontaria
Outras informações
Transmitido por streaming no Facebook do Município de Oeiras e no Facebook das Bibliotecas Municipais de Oeiras.





CPITI
COMPANHIA PORTUGUESA DE
IMPRESSORAS
TECNOLOGIAS DE IMPRESSÃO

SOLUÇÕES DE
IMPRESSÃO

www.cpiti.pt
21 472 7000 info@cpiti.pt



www.radiobobadela2020.org

ERC
ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL
OFICIALMENTE PELA ERC
Entidade de Comunicação Social
Nº De Registo 700174

QR CODE

Porque a Magia do Som Está Na Cor Da Musica

Ficha Técnica Notícias LX - Diretor e Proprietário: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt
Colunistas: Oliveira Dias, José Maria Pignatelli, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, Patricia Almeida, José Manuel Graça
Colaboradores: Miguel Durão, Manuel Vieira.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade: Semanal
Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>
Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>
NoticiasLx: <https://NoticiasLx.pt>

[Assinar o Semanário](#)



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 50.000 pessoas nos concelhos da Grande Lisboa

E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt